

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO *Médio Paraíba do Sul*

BOLETIM INFORMATIVO

ano 4 | edição nº 5 | junho de 2014

Distribuição Gratuita

Conheça o Comitê Médio Paraíba do Sul

O que são Comitês de Bacia?

Comitês de Bacia Hidrográfica são órgãos colegiados que fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Sua composição diversificada e democrática contribui para que todos os setores da sociedade com interesse sobre a água na bacia tenham representação e poder de decisão sobre sua gestão. Os membros que compõem o colegiado são escolhidos entre seus pares, sejam eles dos diversos setores usuários de água, das organizações da sociedade civil ou dos poderes públicos. Suas principais competências são: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água; entre outros.

Como atuam no Rio de Janeiro?

Os Comitês de Bacia Hidrográfica no estado do Rio de Janeiro compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, instituído pela Lei Estadual nº 3.239/1999, cujos objetivos são: decidir, em primeira instância, eventuais conflitos relativos ao uso da água; acompanhar a Política Estadual de Recursos Hídricos; propor valores e aprovar critérios de cobrança pelo uso da água; e planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos.

Acervo AGEVAP



Rio Paraíba do Sul, em Barra Mansa (RJ).

O CBH Médio Paraíba do Sul

O Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS) foi criado no dia 11/09/2008, pelo Decreto Estadual nº 41.475, e atua na região hidrográfica constituída pela bacia do rio Preto e pelas bacias dos rios afluentes do curso médio superior do rio Paraíba do Sul no trecho fluminense.

A região hidrográfica de atuação do Comitê abrange integralmente, os municípios de Barra Mansa, Comendador Levy Gasparian, Itatiaia, Pinheiral, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda, e, parcialmente, os municípios de Barra do Piraí, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Piraí, Rio Claro, Três Rios e Vassouras.

Sua estrutura é constituída por um plenário, instância deliberativa, composto por 24 membros com direito a voto, sendo oito representantes do setor de Usuários de Água, oito representantes da sociedade Civil e oito representantes do Poder Público (federal, estadual e municipal). A diretoria colegiada, composta por seis membros, é responsável pela condução dos trabalhos. Existe, ainda, uma Câmara Técnica e seis Grupos de Trabalho (Educação Ambiental, Transposição, Capacitação Técnica, AFIP e Contrato de Gestão), responsáveis pela análise técnica dos assuntos tratados no Comitê.

Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e Legal

Coordenadora:

Daniele Gonçalves Nunes (IFRJ)

Membros:

Ana Raquel da Cunha Ferreira (P. M. Barra do Piraí), Antônio Carlos Simões de S. Filho (CSN), Daniela Vidal Vasconcelos (P. M. Volta Redonda), Flávia Cristina de Almeida Pires (INB), Ive Santos Muzitano (FIPERJ), Jardel Souza de Azevedo (SAAE/BM), Markus S. W. Budzynkz (ADEFIMPA) e Maurício Fernandes Oliveira (Sindicato Rural de Barra do Piraí).

www.cbhmedioparaiba.org.br

 **cbhmedioparaiba**

EXPEDIENTE

Boletim Informativo da Bacia da Região
Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul,
publicação do Comitê de Bacia da Região
Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul

Av. Almirante A. de Barros Nunes, 5900 (INEA)
Belmonte - Volta Redonda/RJ - CEP 27274-200
www.cbhmedioparaiba.org.br

Presidente
Vera Lúcia Teixeira
ONG O Nosso Vale, Nossa Vida.

Vice-presidente
Sérgio Alves
Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Secretário
Gunther Danquimaia Gomes
Instituto de Cultura Técnica (ICT)

Diretores Administrativos
Marlon Sarubi
Prefeitura Municipal de Pinheiral
Sandro Arantes Drumond Coutinho
Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE)
Márcia Cinira Neves
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta
Redonda (SAAE/VR)

Coordenação Técnica
**Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia
Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)**
CNPJ: 05.422.000/0001-01

Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A) - Manejo
Resende/RJ - CEP: 27520-005
(24) 3355-8389 / www.agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração
Friedrich Herms Wilhelm
Presidente do Conselho Fiscal
Sinval Ferreira da Silva

Diretor-executivo
André Luis de Paula Marques
Diretora de Relações Institucionais interina
Aline Raquel de Alvarenga
Diretor de Planejamento Estratégico
Flávio Antonio Simões
Diretor Administrativo-Financeiro
Diego Elias M. Nascimento Gomes
Diretor de Recursos Hídricos
Helvécio Zago Galvão César

Coordenador de Núcleo
Flávio Sobreira
Assistente
Paulo Eugenio Barros
Estagiárias
Suelen Alvarenga
Raquel Bellei

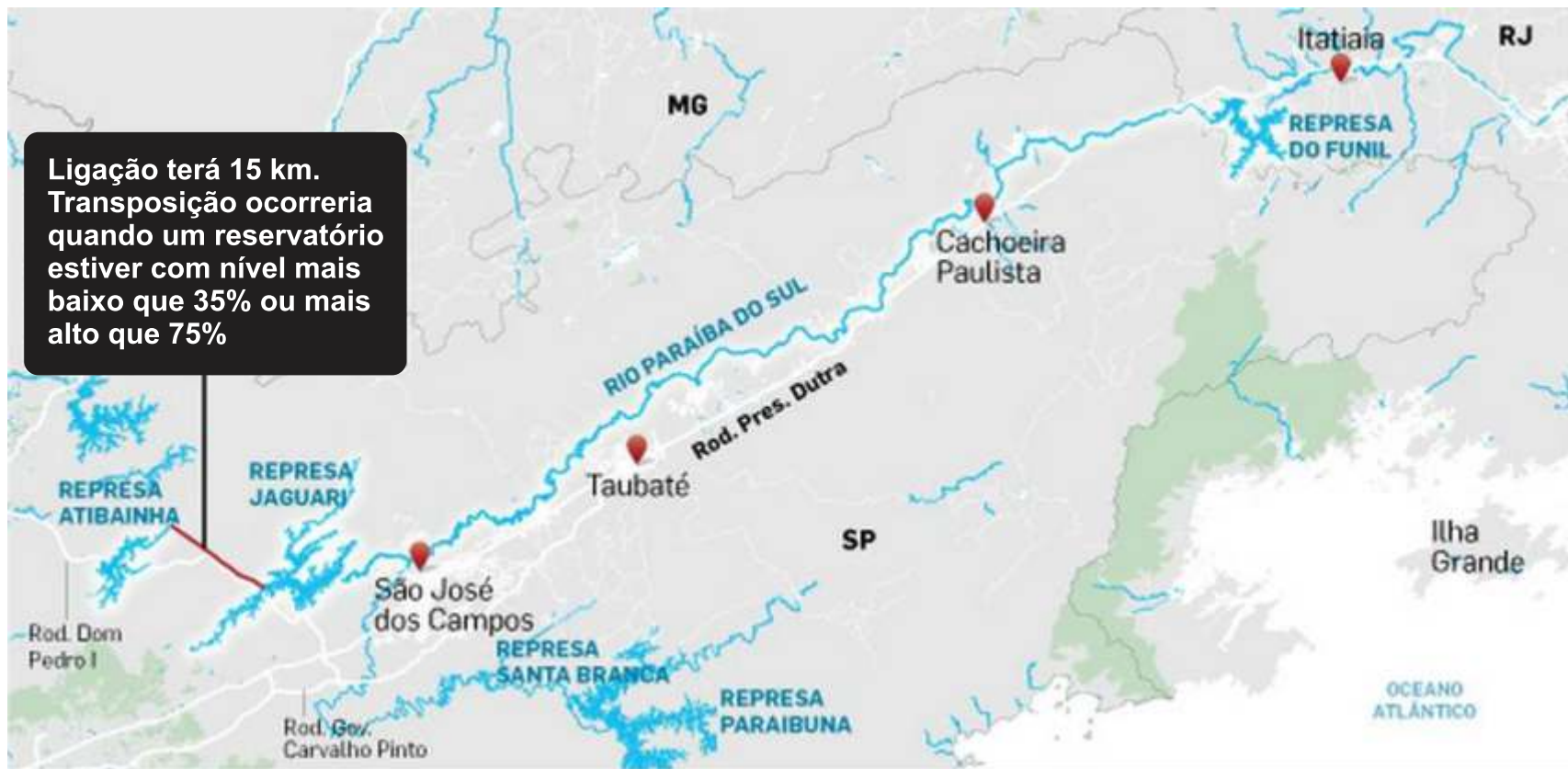
Produção Gráfica, Editorial, Diagramação, Arte
Final, Edição e Revisão
Luís Felipe Martins Tavares Cunha
Textos
Raíssa Caroline Galdino da Silva
Luís Felipe Martins Tavares Cunha
Acompanhamento
Aline Raquel de Alvarenga
Luís Felipe Martins Tavares Cunha
Fotografias
Equipe da UD1 - AGEVAP

Impressão
Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda.

Tiragem
2.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Entenda a proposta de transposição do estado de São Paulo para o rio Paraíba do Sul



Infográfico do portal www.estadao.com.br

RIO PARAÍBA DO SUL

O rio Paraíba do Sul nasce na Serra da Bocaina, no estado de São Paulo, com o nome de rio Paraitinga, passando a ser Paraíba do sul na confluência com o rio Paraibuna. Perfaz um percurso total de 1.137 Km, desde a nascente até a foz em Atafona (São João da Barra), no Norte Fluminense. Sua bacia hidrográfica abrange 184 municípios, sendo 88 em Minas Gerais, 37 no estado do Rio de Janeiro e 39 no estado de São Paulo, além de uma transposição, na altura do município de Barra do Pirai para atendimento da região metropolitana do Rio de Janeiro, que compreende o abastecimento de aproximadamente 12 milhões de pessoas.

A água do Rio Paraíba é usada para abastecimento, diluição de esgoto, irrigação, geração de energia hidrelétrica, pesca, navegação, entre outras atividades. A região é caracterizada como a mais industrializada e populosa do Brasil, por isso conta com fatores que contribuem significativamente para a degradação ambiental. Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), um bilhão de litros de esgotos domésticos são despejados diariamente, sem tratamento, em toda a Bacia.



Trecho do rio Paraíba do Sul, em Barra Mansa (RJ)

FATO

O Governador de São Paulo apresentou, no dia 19 de março, o Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista à Presidência da República, e solicitou uma posição favorável a proposta de transposição das águas do Rio Paraíba do Sul.

Porteriormente, o Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS) divulgou um Relatório mostrando que a Bacia do Paraíba do sul está atravessando uma crise de estiagem, registrando níveis críticos dos reservatórios.

ESTUDOS

A questão da transposição de águas do rio Paraíba do Sul para a Macrometrópole Paulista já havia sido pautada, no âmbito do gestão de recursos hídricos, desde 2010. A Agência de Bacia, AGEVAP, atuando como secretaria executiva dos Comitês da Bacia, contratou estudos que hoje apresentam a inviabilidade de uma segunda transposição na Bacia do Paraíba.

ESTUDOS DAS NOVAS TRANSPOSIÇÕES

Elaborado pela empresa PSR

Os Estudos permitem investigar os impactos das transposições de vazão projetadas por São Paulo no rio Paraíba do Sul, no que consiste à demanda de uso da água de toda a Bacia. Os mesmos não recomendam a implantação de novas transposições ou mesmo o aumento das

PLANO DIRETOR DE APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA A MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Elaborado pela empresa COBRAPE

O estudo apresenta a proposição de alternativas para a Macrometrópole Paulista no que se refere ao atendimento das demandas futuras por recursos hídricos de abastecimento urbano, usos industriais e de irrigação, considerando o cenário hídrico do Estado de São Paulo no ano de 2035.

Para consolidação das propostas, foram feitos estudos de cenários (Tendencial, Intensificado, com Gestão e Controle) e simulações de arranjos com interligações que viabilizariam o atendimento as demandas hídricas da Macrometrópole. Das simulações feitas, foram configuradas 10 alternativas de soluções, cujo arranjo 5 faz referência a transposição de águas do rio Paraíba do Sul pelo reservatório de Jaguarí para o Atibainha.

O Plano expõe uma análise individual e comparativa dos arranjos, com vantagens e desvantagens considerando os custos e impactos ambientais. O arranjo 5, que compromete as águas do Paraíba do sul, ocupou a sexta colocação no ranking de viabilidade dos arranjos propostos, ou seja, as análises do Plano Diretor apontam que a proposta de uma nova transposição na Bacia do Paraíba do Sul não é a solução mais viável.

*A região da Macrometrópole é composta 180 Municípios e cerca de 30 milhões de habitantes, que equivale a 16% da população nacional.

DIFERENÇA ENTRE OS ESTUDOS

O Plano Diretor de São Paulo elaborou seus estudos baseado em vazões médias, enquanto os das Novas Transposições e Balanço Hídrico basearam-se nas vazões mínimas.

*vazões máximas = períodos de cheias

*vazões médias = média das vazões anuais

*vazões mínimas = períodos de estiagens

O que é TRANSPOSIÇÃO?

Transferência de água e/ou eflu-entes entre mananciais hídricos pertencentes a bacias hidrográficas distintas. Consiste também em conduzir o fluxo de um rio que trans-borda para terrenos permeáveis, a fim de ser incorporado às reservas subterrâneas ou a rios com menor vazão de outra bacia.

existentes, uma vez que o quadro atual de disponibilidade hídrica já é muito preocupante nos períodos de estiagem.

BALANÇO HÍDRICO

Elaborado pela empresa COHIDRO

O Balanço Hídrico realiza a comparação entre a oferta e a demanda hídrica na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. O estudo aponta que a Bacia já apresenta um déficit hídrico de 8m³/s, referente a vazão mínima necessária à sobrevivência do Paraíba do Sul no trecho Barra do Pirai – Três Rios. Não é viável retirar água de onde já não possui quantidade suficiente para atendimento as demandas futuras, frisando que o rio Paraíba é a única fonte de captação para abastecimento de água no Estado do Rio de Janeiro.

CBH-MPS é contra a proposta de uma nova transposição



Arquivo AGEVAP

Mesa composta pela diretoria do CBH-MPS, em reunião plenária, realizada em Volta Redonda/RJ

Através da Carta nº 37/2014 destinada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), consolidada em reunião plenária do CBH Médio Paraíba em 20 de março de 2014, o Comitê manifestou oficialmente seu entendimento de que não é possível a efetivação da **transposição, remanejamento, transferência ou interligação** dos recursos hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul que possam prejudicar o abastecimento no estado do Rio de Janeiro.

A carta apresenta considerações relacionadas aos problemas hídricos/ambientais do Estado de São Paulo, tais quais; as ações de planejamento, obras e adaptações no sistema de abastecimento de águas que tem sido insuficientes frente às mudanças climáticas em curso, o desmatamento, as ocupações desordenadas, o alto consumo, as perdas e outros fatores, o que tem levado constante declínio dos estoques de água nos reservatórios.

O documento destaca ainda que as crises relacionadas à disponibilidade hídrica tendem a aumentar, sendo de extrema importância estabelecer critérios de sustentabilidade, gestão e compensação para aumento de captações, em especial no caso de transposição de bacias hidrográficas. E por fim, expõe medidas de prevenção e compensação, a fim de minimizar os riscos de agravamento e ampliação territorial da crise em curso.

A transposição de águas do rio Paraíba do Sul para abastecimento da Macrometrópole Paulista impactaria toda a Bacia com perda de quantidade, mas principalmente qualidade da água do rio Paraíba do Sul.



Arquivo AGEVAP

Oficina de Planejamento Estratégico Participativo do Comitê Médio Paraíba do Sul.